



JUVENTUDE, PROJETO DE VIDA E UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE JOVENS COTISTAS

Aline de Vieira Souza¹

RESUMO

O presente texto é fruto das pesquisas em andamento realizadas no curso de mestrado. Objetivamos com ele traçar as interseções entre o ingresso na Universidade Pública através da Política de Cotas e a constituição dos projetos de vida dos jovens sujeitos da pesquisa. Para tal, empreendemos a construção de uma revisão bibliográfica que traz para o diálogo autores que nos ajudam a pensar a respeito dos conceitos, categorias e temas centrais no trabalho, a saber: jovem e juventude; construção dos projetos de vida; educação brasileira - panorama, desigualdades e discursos; o processo de constituição da política de cotas e seus impactos nas Universidades do país. Além disso, trazemos as falas dos sujeitos coletadas a partir de aplicação de questionários online, que, com suas narrativas pessoais, nos ajudam a entender os desdobramentos desse quadro mais geral nas vidas concretas de jovens cotistas de uma Universidade Federal localizada em uma cidade média mineira – a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Palavras-chave: Juventude; Cotas; Projeto de vida; Educação.

ABSTRACTO

Este texto es el resultado de la investigación en curso que se lleva a cabo en el máster. Pretendemos con ello trazar las intersecciones entre el ingreso a la Universidad Pública a través de la Política de Cuotas y la constitución de proyectos de vida de los jóvenes sujetos de la investigación. Para eso, emprendimos la construcción de una revisión bibliográfica que acerque al diálogo autores que nos ayuden a reflexionar sobre los conceptos, categorías y temas centrales en el trabajo, a saber: joven y juventud; construcción de proyectos de vida; Educación brasileña: panorama, desigualdades y discursos; el proceso de constitución de la Política de Cuotas y sus impactos en las Universidades del país. Además, traemos los discursos de los sujetos recolectados a partir de la aplicación de cuestionarios remotos, que, con sus narrativas personales, nos ayudan a comprender las consecuencias de este cuadro más general en la vida concreta de los jóvenes estudiantes de una Universidad Federal ubicada en un ciudad media de Minas Gerais - Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Palabras llave: Juventud; Cuotas; Proyecto de vida; Educación.

¹ Mestranda em Geografia pelo PPGeo – UFJF. E-mail: ufjf.aline.vieira@gmail.com



INTRODUÇÃO

A relação entre juventude e cidade é, desde a graduação, tema de interesse e estudo para nós. Com o ingresso no mestrado em 2020 e o avanço da Pandemia de Covid-19, percebemos que seria necessária uma readequação do tema proposto à banca de seleção, já que as metodologias de pesquisa pautadas no encontro presencial e observações a campo não eram mais possíveis. Este caminho de readequação do projeto de pesquisa à uma realidade nova e repleta de desafios objetivos, mas também subjetivos, nos fez pensar como os demais jovens da UFJF, sobretudo aqueles ingressantes na graduação pelo sistema de cotas, estariam vivenciando este “novo normal”. Da vontade e necessidade de compreendermos os impactos deste momento histórico compartilhado por nós, sujeitos e pesquisadores, e como eles se desenvolverão e se estenderão no tempo, é que surge a questão da minha pesquisa de mestrado.²

Este trabalho em específico é fruto de um recorte das nossas pesquisas iniciais desenvolvidas durante o mestrado em Geografia pelo PPGEU UFJF. Ele é um esforço no sentido de perceber as interseções entre o ingresso na Universidade Pública através da Política de Cotas e a constituição dos projetos de vida dos jovens sujeitos da pesquisa. Para tal, empreendemos a construção de uma revisão bibliográfica que traz para o diálogo autores que nos ajudam a pensar a respeito dos conceitos, categorias e temas centrais no trabalho, a saber: jovem e juventude; construção dos projetos de vida; educação brasileira - panorama, desigualdades e discursos; o processo de constituição da política de cotas e seus impactos nas Universidades do país. Além disso, trazemos as falas dos sujeitos coletadas a partir de aplicação de questionários online, que, com suas narrativas pessoais nos ajudam a entender os desdobramentos desse quadro mais geral nas vidas concretas de jovens cotistas de uma Universidade Federal localizada em uma cidade média mineira – a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

OS JOVENS PROJETAM FUTUROS

Há muitas imagens amplamente difundidas no cotidiano que nos dizem o que é a juventude e o que é ser jovem. Muitas delas inserem a juventude dentro de uma

² Esta pesquisa conta com financiamento da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



perspectiva da transitoriedade, tendo-a como uma fase de passagem entre a infância e a vida adulta. Assim, o jovem não é nem uma criança, para a qual devemos destinar todos os cuidados, nem um adulto maduro e capaz de fazer suas próprias escolhas e decidir os rumos da sua vida. Nessa concepção, o jovem é medido pelo que *não é*, e desloca-se para o futuro a sua possibilidade de *vir a ser* alguém. Há também diversas representações que romantizam a condição juvenil e trazem os jovens como sinônimo de vitalidade, criatividade, impulsividade e liberdade. Aos jovens caberia um tempo para erros e acertos, preparo e descobertas sobre si e sobre o mundo. A juventude seria, então, um tempo de moratória, em que os pais ainda se responsabilizam financeiramente pelo sustento dos filhos, a fim da sua preparação para o ingresso no mercado de trabalho e, em consequência, poderem finalmente tornar-se sujeitos de si. Além dessas imagens, comumente associamos a juventude com um momento de crise e de rebeldia, em que os indivíduos, tomados pela ebulição hormonal e imaturidade mental/cognitiva, precisam ser tutelados, educados, disciplinados e conduzidos para o “caminho do bem”. (DAYRELL, 2003)

Essas diversas concepções acabam construindo um modelo do que é ser jovem em nossos tempos. Mas, será que todos os jovens têm direito a esse tempo de moratória? Será que todos são criativos e impulsivos? Ou, ainda, serão os jovens sujeitos potencialmente perigosos que devemos vigiar e controlar? Neste trabalho, compreendemos jovem e juventude como categorias histórica e socialmente produzidas, e que, portanto, se modificam de acordo com a organização social vigente. Por isso, nossa compreensão usual do que é ser jovem se circunscreve em um conjunto de representações simbólicas construídas pelos grupos sociais e pelos próprios jovens (CASSAB, 2012). Isso quer dizer que, as imagens acima elencadas que buscam traduzir o que é ser jovem, são fruto do nosso momento histórico e, portanto, podem e devem ser desnaturalizadas. Questionando uma ideia de juventude homogênea no tempo e no espaço, falamos aqui de juventudes, no plural, pois esta é uma categoria que abarca uma enorme variedade de experiências e de modos de ser. Dayrell (2003, p.42) aponta que a juventude deve ser entendida como “parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um”. Cassab (2010) ainda nos diz que, muito mais que um recorte cronológico, devemos



compreender a juventude como um momento que abrange um conjunto de relações socioespaciais e, por sua vez, devemos entender o jovem como um sujeito social.

Nos afastando das concepções que negam aos jovens o papel de agentes do presente, quando os identificamos como sujeitos sociais afirmamos que eles são seres ativos que agem sobre o mundo. Nessa ação, que se insere em um conjunto de relações sociais, é que o sujeito se realiza como tal, em um contínuo processo de fazer-se (DAYRELL, 2003). Como sujeitos que são, os jovens possuem desejos, opiniões, preferências, refletem sobre suas vidas e seu lugar no mundo e planejam o seu futuro na relação com as possibilidades e condições que encontram no seu cotidiano.

A capacidade de estabelecer um objetivo futuro e planejar um encadeamento de ações para alcançá-lo é, sem dúvidas, comum a todos os homens e acontece em todas as fases da vida. Ainda assim, como vimos anteriormente, a juventude é um momento ao qual comumente atribuímos a necessidade do preparo, da qualificação e das escolhas sobre o futuro. Os jovens são estimulados e até mesmo pressionados a construir seus projetos de vida, para, quando adultos, terem sucesso profissional, financeiro, afetivo etc.

Como nos dizem Dib e Castro (2010: 4), “o projeto, seja ele individual ou coletivo, vai encontrar seu fundamento na forma como os indivíduos e a sociedade se relacionam com o tempo e o devir”. Na modernidade, o termo projeto consolidou-se como sinônimo de intenção, planejamento, objetivo. Nesse momento histórico, o projeto ganha relevância no processo de desenvolvimento da técnica, a fins do aumento da produtividade e controle do tempo do trabalho. Assim como Berger (1997), Castro e Dib (2010) apresentam que a ideia de se ter um projeto de vida na modernidade é tão fundamental que ela se confunde com a própria noção de construção das identidades. Partindo de uma concepção de tempo linear, progressivo, cumulativo e previsível, o projeto de vida se torna um momento de planejamento racional do curso de vida. A partir dele os indivíduos elaboram uma estratégia que articulará um conjunto de ações táticas no presente voltadas a alcançar um objetivo futuro, traçando um movimento que deverá os localizar tão bem quanto possível na estratificação social. A trajetória biográfica dos sujeitos deve, então, ser o resultado da organização sequencial e linear de diferentes etapas projetadas previamente, para que eles possam através de dedicação e



merecimento, encontrarem a realização pessoal em todos os campos da vida, e, sobretudo, no campo profissional/financeiro. (DIB e CASTRO, 2010)

De acordo com Groppo (2017), as concepções tradicionais acerca da juventude orientadas pelo estrutural-funcionalismo tendem a destacar o caráter transitório da condição juvenil, já que essa fase da vida não interessaria tanto pelo o que ela é, mas pelo o que seus membros serão no futuro quando adultos. Além disso, a juventude seria um momento da vida privilegiado para o acontecimento de desvios e anormalidades. Tais desvios aconteceriam mediante decorrência de disfunções na socialização entre as gerações, na qual os jovens deveriam assimilar os valores e normas sociais já estabelecidos. Por isso, caberia aos adultos observar atentamente e tutelar os jovens para que eles possam se distanciar de comportamentos rebeldes ou insurgentes e passem a se dedicar para a preparação e a qualificação para o ingresso na maturidade. Reforçando o deslocamento do sentido da vida dos jovens para o futuro, o mundo adulto passa cada vez mais exigir desses sujeitos um projeto de vida que os coloque em movimento no hoje.

Entretanto, mais do que o simples traçar de uma estratégia, projetar o futuro é um processo de construção de identidade, de reflexão e de reconhecimento de si que irá direcionar ações intencionais sobre o real. Para Velho (1981), a existência de projetos individuais está relacionada a como diversas configurações sociais irão gerir a ambiguidade “totalização-fragmentação”. Isso quer dizer que há um campo de subjetivação na construção dos desejos e sonhos de cada indivíduo, que os torna singulares, originais, individuais. Entretanto, esses mesmos desejos só se constituem como tal a partir das experiências socioculturais da pessoa, de um código e de interações que são por ela interpretadas. Assim, o projeto não é um fenômeno unicamente interno. Cada projeto individual de futuro é alicerçado na localização espaço-temporal do sujeito que projeta. Ele é formulado dentro de um campo de possibilidades, é circunscrito histórica, cultural e espacialmente, e se relaciona com a própria noção de indivíduo, das prioridades e paradigmas existentes. (VELHO, 1981)

Sendo assim, o jovem quando projeta conscientemente o seu futuro, o faz na negociação entre o que ele é, suas aspirações e as oportunidades que enxerga emergindo



na sua realidade. Para muitos a educação é apresentada como a grande promessa de futuro.

PARA “SER ALGUÉM” NA VIDA: A EDUCAÇÃO COMO UMA PROMESSA DE FUTURO

Como apontado acima, a noção de projeto na Modernidade passa por uma ideia de racionalização do curso de vida, que seria pautado por um encadeamento linear de distintas etapas. Tal noção, inclusive, se relaciona com a própria lógica da meritocracia, que presume que, através do empenho e esforço individual orientado por um projeto bem definido, os indivíduos irão prosperar e alcançar sucesso na vida. Nesse sentido, é inculcado no imaginário comum que os jovens devem, quanto antes possível, se engajar em um projeto de vida que os levem a uma boa inserção no mercado de trabalho, os garantindo uma vida confortável. A educação formal aparece para muitos como o caminho mais apropriado para a construção de um futuro melhor, já que o mundo adulto vive repetindo que “é preciso estudar para ser alguém na vida”.

Como discutimos acima, os projetos de vida dos jovens são construídos nas interseções das relações sociais que eles estabelecem (que atuarão diretamente na formação de seus valores, aspirações e desejos) com as oportunidades que enxergam no mundo. Como uns dos espaços que assumem centralidade na formação dos sujeitos, a escola e a universidade, esta última foco deste texto, proporcionam uma série de encontros, trocas e vivências que produzem significado. Elas viabilizam aos jovens o acesso a signos e símbolos que os permitem ler a cidade que habitam e refletir sobre o seu papel nela. Além disso a educação é uma promessa de um futuro mais confortável com uma melhor localização no mercado de trabalho, sobretudo para os jovens das camadas populares.

É sabido que o nível de instrução do sujeito impacta a sua perspectiva salarial. Segundo dados da PNAD, no primeiro trimestre de 2020 a renda mensal de um trabalhador acima dos 14 anos com até um ano de escolarização era de R\$919,00. Para os sujeitos com o ensino fundamental completo, a renda média é de R\$1373,00, e sobe para R\$1774,00 se tratando de pessoas com o ensino médio completo. Já os profissionais com superior completo ganham, em média, R\$4938,00 (IBGE, 2021).



Então, de forma geral, podemos dizer que de fato a qualificação do sujeito se desdobra em uma maior renda. Quando questionados acerca do porquê da escolha por cursar o nível superior, os jovens acabam por confirmar nas suas respostas a assimilação do discurso da educação como promessa de futuro mais seguro e confortável financeiramente, como mostram as falas abaixo:

Melhor qualidade de vida, melhor salário. (JOVEM 2, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Estudo no Brasil é uma das poucas coisas se não a única que pode possibilitar uma ascensão social. (JOVEM 3, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Optei por ingressar no ensino superior tendo em vista, evidentemente, a possibilidade de uma formação profissional qualificada para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, porque não me via contente em qualquer cenário futuro que não envolvesse a educação e a pesquisa. Minha ideia era basicamente continuar estudando até onde fosse possível. (JOVEM 6, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Desde pequeno meus pais falavam que este é melhor e mais seguro caminho, então acho que nunca pensei em desviar dele. (JOVEM 8, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Entretanto, a educação superior no Brasil historicamente não é um horizonte possível para todos. Durante muito tempo o acesso à universidade pública foi extremamente restrito aos jovens oriundos dos estratos economicamente mais abastados da sociedade, se apresentando como um patrimônio de direito quase exclusivo dessa camada social (BEZERRA, GURGEL, 2012). De acordo com Senkevics (2021), em 1993, a taxa líquida de escolarização no Brasil era de apenas 5,4% entre os jovens de 18 a 24 anos. Isso quer dizer que apenas 5,4% dos nossos jovens estavam matriculados ou já haviam sido diplomados no ensino superior. Esse baixíssimo índice quando desmembrado por nível socioeconômico nos traz um dado ainda mais alarmante: ao passo que 21% dos jovens oriundos do quinto das famílias com maior renda *per capita* estavam no ensino superior, se tratando dos dois quintos mais pobres apenas 1% dos jovens estava cursando ou havia concluído uma graduação. Quando fazemos um recorte racial, temos que em 1995 apenas 2 em cada 10 universitários eram declarados pretos, pardos ou indígenas.



Em síntese, se fosse possível resumir em poucas palavras o que era o ensino superior brasileiro em nível de graduação no início dos anos 1990, antes das transformações subjacentes a seu segundo ciclo de expansão, poderíamos dizer que era um sistema elitizado, destinado aos segmentos mais ricos da população, frequentado por brancos, majoritariamente do sexo feminino, ofertado em cursos presenciais por faculdades privadas, concentradas nas regiões Sul e Sudeste. (SENKEVICS, 2021: 204)

Vê-se desta maneira que a educação superior foi um instrumento de (re)produção e manutenção das nossas desigualdades sociais, estando presente nos projetos de vida de apenas uma parcela ultraprivilegiada de jovens brasileiros. (SENKEVICS, 2021)

A partir de meados da década de 90, e com maior intensidade depois dos anos 2000, vivenciamos no país um ciclo de expansão do ensino superior. Com o aumento do número de matrículas nas Universidades Públicas através de programas como o REUNI, e, sobretudo na IES privadas estimuladas por políticas como o ProUni e o FIES, nossa taxa de escolarização em 2019 de jovens com idade universitária era de 25,5%. (SENKEVICS, 2021). Entretanto, ainda em 2012 observa-se que há uma sub-representação de jovens pretos, pardos e indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Cruzando dados do Censo da Educação Superior (CES) e as bases de dados dos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Senkevics e Mello (2019) nos mostram que em 2012 50,2% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos eram pretos, pardos ou indígenas com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários-mínimos (SM), entretanto, esse mesmo grupo representava apenas 33,9% dos estudantes matriculados nas IFES. Ao passo que os jovens com renda *per capita* superior a 1,5 SM independente de cor/raça eram 17,7% das pessoas com 18 a 24 anos e 29,1% dos alunos das IFES (consultar tabela 1). Vê-se, assim, que em 2012 a participação de jovens pobres, pretos, pardos e indígenas nas IFES ainda é diminuta, e essa desigualdade histórica de acesso à educação se transborda em uma importante pauta de tensionamento e luta social.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO (%) DOS JOVENS DE 18-24 ANOS, POR COR/RAÇA E RENDA FAMILIAR, NA POPULAÇÃO E NAS IFES – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2012/2016



	BRANCOS E AMARELOS COM RENDA MENOR OU IGUAL A 1,5 SM				PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS COM RENDA MENOR OU IGUAL A 1,5 SM				INDEPENDENTE DE COR/RAÇA, COM RENDA MAIOR QUE 1,5 SM			
	2012		2016		2012		2016		2012		2016	
	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES
Norte	16,6	22,3	16,7	15,9	72,8	61,5	75,3	70,4	10,6	16,2	8	13,7
Nordeste	20,8	30,2	22,1	23,4	72,1	48,9	72,8	60,2	7,1	20,9	5,1	16,4
Sudeste	37,4	38,7	35,4	33	40,5	25,8	46,3	34,7	22,1	35,5	18,3	32,3
Sul	54,5	56,5	55,5	50,7	17,8	10	21,5	16,8	27,8	33,8	23	32,5
Centro-Oeste	24,4	32,8	26,2	26,6	51,6	34,6	56	41,4	24,2	32,6	17,8	32
Brasil	32,1	37	31,7	30,9	50,2	33,9	54,3	42,7	17,1	29,1	14	26,4

Legenda: SM = salário-mínimo per capita.

Fonte: Senkevics e Mello, 2019.

No bojo deste último ciclo de expansão de vagas do ensino superior, acontece também um processo amplo de mobilização social de movimentos, grupos e partidos que pleiteiam a democratização do ingresso nas Universidades Públicas. Todo esse processo culmina na promulgação Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que determina a reserva de vagas em Universidades e Institutos Federais para candidatos pretos, pardos, indígenas, socioeconomicamente vulneráveis e oriundos da escola pública. Para discutir a origem e os impactos desta Lei dedicamos o próximo tópico.

AMPLIANDO HORIZONTES COLETIVOS: A LEI DE COTAS EM VIGOR E O PERCURSO DOS JOVENS COTISTAS

Em consonância com um movimento transnacional pautado pelas políticas identitárias, e, sobretudo, a partir da atuação no Movimento Negro Unificado- MNU, fundado em 1978, e depois de outros coletivos filiados e dissidentes, o debate da desigualdade racial ganha fôlego no Brasil (FERES JÚNIOR *et al*, 2018). Essencialmente o movimento negro, mas também a articulação dos povos indígenas passa a questionar no cenário nacional a discriminação negativa vivenciada por tais populações. Essa discriminação, herança profunda dos mais de três séculos de escravidão no Brasil, promove uma sociedade racialmente injusta e assimétrica, na qual negros e indígenas, apesar de comporem majoritariamente a população, são a minoria



nas universidades, nos cargos de poder, nos empregos de prestígio social, na política, na mídia etc.

Segundo Feres Júnior (*et al*, 2008), no processo de consolidação do debate racial no país a luta pelas ações afirmativas em diversos campos, acentuadamente na educação, se fortalece e passa a pressionar o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e, principalmente, os governos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Ainda que haja um amplo debate acerca da conceituação das ações afirmativas, neste artigo nos alinhamos com o autor quando ele nos diz que:

A despeito das conceituações amplas e complexas que circulam na bibliografia especializada, entendemos que uma definição adequada de ação afirmativa deve ser parcimoniosa o suficiente para abarcar as diversas políticas assim denominadas. Portanto, parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (FERES JÚNIOR *et al*, 2008: 13)

A promoção da pluralidade, da igualdade e da solidariedade é dever do Estado, e para que isso ocorra é essencial a formulação de políticas que conduzam a superação das nossas desigualdades. No sentido da efetiva constituição de um Estado intitulado Democrático de Direito como o nosso, a política de Cotas (Lei nº 12.711/2012) é aprovada como uma resposta a essa demanda latente na sociedade brasileira. Essas e outras ações afirmativas se justificam nos fundamentos constitucionais da igualdade de oportunidades e condições (formal e material) e no princípio da solidariedade, que devem guiar a ação legislativa e a prática social. (BOLERSINA e GERVASONI, 2016)

O referido instrumento jurídico estabelece que 50% das vagas das Universidades e Institutos Federais devem ser destinadas a alunos que integralizaram o ensino médio nas escolas da rede pública, oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio e autodeclarados pretos, pardos ou



indígenas (BRASIL, 2012). A partir dessa lei, toda uma nova geração de jovens filhos das camadas populares, que até então não tinham o ensino superior como horizonte, ingressam nas Universidades via sistemas de cotas. Isso reconfigura o perfil socioeconômico e étnico das IES públicas. Como podemos ver na tabela 1, a participação de pretos, pardos e indígenas (PPI) com renda per capita inferior a 1,5 salários-mínimos (SM) nas IFES brasileiras passa de 33,9% em 2012 para 42,7% em 2016. Ainda que pesem as desigualdades, vemos que o crescimento da representação desta população acontece nas IFES de todas as grandes regiões brasileiras. Destacamos aqui a região Sul, que foi a que teve um acréscimo relativo mais significativo entre os anos de 2012 e 2016 (aumento relativo de 68%) e a região Norte, na qual a sub-representação deste grupo é a menor (PPI com renda inferior a 1,5 SM per capita são 75,3% da população jovem em 2016 e 70,4% das matrículas nas IFES).

Os dados apresentados acima não são apenas números, eles se traduzem na oportunidade de milhares de jovens brasileiros ampliarem seus horizontes possíveis através do acesso ao ensino superior. Dentre esses milhares de jovens, estão os sujeitos dessa pesquisa, que compartilham conosco suas histórias, desejos e sonhos. Quando indagados, eles destacam a importância da Política de Cotas nas suas próprias vidas, demonstrando um certo sentimento de gratidão pela oportunidade de cursarem o nível superior em uma instituição pública de ensino. Entretanto, também se mostram muito conscientes do cenário brasileiro de desigualdade social e racial que justifica a política, apontam a relevância social das cotas e partem para uma defesa delas a partir dos seus objetivos de reparação histórica.

Acho ótimo [que exista a política de cotas], faz com que mais pessoas tenham acesso, principalmente nesse país tão desigual. Eu entrei pelo sistema de cotas e sou grata. (JOVEM 1: Resposta ao questionário online de pesquisa)

As cotas são necessárias para o ingresso na universidade, pois garantem que, embora as pessoas sejam plurais e tenham "pontos de partida" diferentes, socialmente falando, o ponto de chegada se torne mais democrático e justo. É uma questão de garantia de oportunidades, apenas. Oportunidades essas que o próprio sistema nos tira desde antes de nosso nascimento, no caso do recorte social dos grupos marginalizados, em prol do favorecimento de grupos menores



com capital, pele branca e poder. (JOVEM 2: Resposta ao questionário online de pesquisa)

As cotas são de extrema importância para permitir o acesso de estudantes de média e baixa renda nas universidades, assim como negros, pardos e indígenas. Essa é uma grande parcela da população que às vezes possuem poucas oportunidades, frequentam escolas não tão boas. As cotas servem para equilibrar as diferenças, um estudante de baixa renda, não tem por exemplo a oportunidade de estudar em uma boa escola ou fazer um cursinho preparatório para entrar em uma instituição federal. As Cotas foram e é muito importante para mim, se eu não tivesse passado na UFJF, talvez não poderia fazer Medicina Veterinária, visto que em faculdades particulares a mensalidade do curso ultrapassa um salário-mínimo. (JOVEM 3: Resposta ao questionário online de pesquisa)

Esses jovens pretos, pobres e indígenas furam o bloqueio educacional e se tornam, em grande parte das vezes, os primeiros membros de suas famílias a cursarem uma graduação. Eles, portanto, carregam consigo grandes expectativas de construção de um futuro melhor para si e para os seus. Nesse sentido, vemos nas respostas dos sujeitos que participam desta pesquisa, que as famílias, destacadamente os pais, foram importantes incentivadores na continuidade da trajetória escolar. O discurso da educação enquanto promessa de futuro é tão difundido, que o fato de muitos dos pais dos sujeitos não terem tido acesso ao nível superior não impediu que eles estimulassem seus filhos a incorporar com centralidade os estudos nos seus projetos de vida. Quando indagados sobre o papel das famílias nas suas trajetórias educacionais, os jovens apresentaram respostas como as destacadas abaixo:

Minha família é o meu maior incentivo na minha trajetória escolar. Sendo uma das únicas pessoas da minha família a fazer faculdade e a primeira a ingressar em um[a] UF, todos os meus familiares e amigos me incentivaram e incentivam muito a seguir com meus estudos, uma vez que grande parte dos meus familiares não teve a possibilidade de sequer terminar a educação básica pela necessidade de trabalhar. (JOVEM 4, Resposta ao questionário online de pesquisa)

[O papel da minha família é] muito importante! Minha mãe não ter muita escolaridade e não sabia me ensinar os deveres da escola, mas ela sempre me motivou a estudar e se esforçou para que eu pudesse seguir meus sonhos. (JOVEM 5, Resposta ao questionário online de pesquisa)



Minha família teve um papel fundamental na minha trajetória, tanto incentivando meus estudos como me proporcionando as condições necessárias para seguir na escola. (JOVEM 2, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Das respostas dos jovens depreende-se que o desejo de cursar o nível superior é construído na relação com incentivo das famílias, e aparece como uma forma de “honrar” o esforço dos pais na sua criação e educação. Como muitos pais não tiveram as condições de concluir os estudos, caberia a esses jovens aproveitar as oportunidades que tiveram para conquistarem um futuro mais confortável para a família.

Sempre foi um sonho cursar ensino superior, desde criança. Fazer uma coisa que meus pais não tiveram a oportunidade, honrá-los com isso. (JOVEM 6, Resposta ao questionário online de pesquisa)

A respeito das expectativas das famílias em relação a eles e os frutos dos seus estudos, os jovens apontam o sucesso profissional e financeiro, a felicidade e a realização como os principais aspectos.

Eles [minha família] me apoiam e esperam que eu consiga trabalho. Também que seja feliz e realizada. (JOVEM 1, Resposta ao questionário online de pesquisa)

[Minha família espera] que eu seja feliz com minhas escolhas e consiga ter um bom sustento. (JOVEM 7, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Estabilidade. Não creio que eles [minha família] tenham expectativas específicas quanto a área de atuação, mas todas as conversas em termos de futuro rondam em torno da expectativa de estabilidade e independência financeira. (JOVEM 4, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Fica expressa também a gratidão dos jovens e o desejo de retribuírem às suas famílias o que foi neles investido:



Eles acreditam que vou me tornar uma boa profissional. Minha família nunca cobrou nada de mim, mas quando eu tiver meu bom emprego quero poder ajudar eles e devolver tudo que fizeram por mim. (JOVEM 5, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Se é verdade que, na maior parte das vezes, os projetos de vida dos jovens são fortemente influenciados pelas suas famílias, quando tratamos dos jovens cotistas é quase impossível dissociar a sua trajetória educacional da história dos seus entes. Primeiramente, o próprio acesso ao ensino superior desses sujeitos se deu através da Política de Cotas, portanto, é pautado pelas desigualdades experienciadas historicamente pelos grupos sociais que eles e suas famílias se inserem. Ainda que esses sujeitos tenham tido a oportunidade de alcançar a Política de Cotas, isso não significa que o caminho se tornou automaticamente fácil ou garantido. A continuidade dos seus percursos formativos, geralmente, envolve inúmeros sacrifícios que as famílias fizeram e ainda fazem para que eles possam estudar.

O sentido da superação das dificuldades que foram historicamente vivenciadas, o sentimento de gratidão pelo esforço material dos pais e responsáveis para educá-los e o desejo de compartilhar com eles o possível sucesso profissional/financeiro advindo da conclusão do ensino superior se confundem com a história educacional dos jovens. O projeto do ensino superior para os cotistas não é apenas individual. É sobretudo um projeto coletivo. Dessa forma, as cotas não impactam somente os sujeitos que podem se beneficiar diretamente pelo ingresso na universidade, mas também assumem, de várias formas, um sentido de reparação histórica com as famílias desses jovens.

Ainda que a importância da política de Cotas seja muito destacada na fala dos jovens, não podemos desconsiderar as contradições e limitações da política que se desdobram em seus cotidianos. Para explorar um pouco mais dessas contradições dedicamos o próximo tópico.

O AVESSE DO BORDADO: AS CONTRADIÇÕES E LIMITES DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS



Ainda que para muitos o caminho até a aprovação seja visto como o mais difícil, mesmo depois de se matricularem em um curso de uma universidade pública as marcas da desigualdade continuam impressas na trajetória dos jovens. Se é verdade que as Cotas tornam o processo de seleção de novos universitários um tanto mais democrático, é também verdade que esses sujeitos terão de enfrentar uma série de dificuldades no que tange a sua permanência e conclusão do curso. A primeira questão que aparece na fala de muitos jovens é a dificuldade material de manutenção dos estudos, que envolve usualmente arcar com gastos alimentação, transporte, materiais didáticos. Como muitos precisam se mudarem das suas cidades natais para Juiz de Fora, as despesas se tornam ainda maiores englobando valores de moradia, água, luz etc. Diferentemente dos filhos dos extratos mais abastados, os jovens cotistas, sobretudo aqueles mais vulneráveis economicamente, experenciam durante o ensino superior a preocupação no que tange a manutenção das suas necessidades básicas. Além disso, muitos demonstram um certo sentimento de culpa por precisarem que seus pais se sacrifiquem no sentido de ajudá-los.

Financeiramente eu me preocupo, pois eu tenho ajuda total da minha mãe, mas não consigo deixar de pensar que todos os meus familiares já ganhavam pelo menos um salário na minha idade e eu não sei quando eu vou ter uma renda fixa que me possibilite aliviar a carga financeira dela, mas considero que esteja mas no campo da preocupação do que como uma ameaça real à minha permanência. (JOVEM 8, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Escolhi um curso elitista, caro, que nos primeiros semestres te faz gastar com materiais que chegam a somar 500 reais, felizmente meus pais podiam sentir me ajudar e mandar algum dinheiro então com umas abstenções aqui e ali consegui hoje chegar ao 8º período, hoje tenho amigos e um coletivo de pretos dentro da Arquitetura que me ajudam a ainda superar alguns traumas e dúvidas dentro do curso mas sem dúvidas a segregação te ajuda e te desmotiva em muitos momentos. (JOVEM 5, Resposta ao questionário online de pesquisa)

Alguns jovens destacam a importância das políticas de assistência estudantil nas suas trajetórias. Em suas falas apontam que o fato de receberem a bolsa PNAES³ ou

³ Bolsa PNAES: incentivo pecuniário mensal com vistas a ampliar o acesso às condições de permanência na educação superior no valor de R\$ 400,00.



auxílio-moradia⁴ darem alguma segurança para o prosseguimento dos estudos. Quando questionados sobre possíveis dificuldades financeiras:

Tive auxílios da faculdade, como alimentação e deslocamento, que me auxiliaram muito. (JOVEM 4, Resposta ao questionário online de pesquisa)

A dificuldade financeira é um pouco equilibrada com a bolsa que recebo (JOVEM 9: Resposta ao questionário online de pesquisa)

Ainda que evidente a relevância da Política de Assistência Estudantil, os cortes feitos no orçamento das universidades e do próprio PNAES fazem com que os auxílios atendam a um número cada vez menor de alunos.

Tenho passado por uma séria insegurança financeira, até mesmo pelos cortes que os alunos que recebem auxílio estudantil sofreram, que é o meu caso. Tenho feito malabarismos em relação à parte financeira. (JOVEM 2: Resposta ao questionário online de pesquisa)

Com a Pandemia esses gastos se modificaram, muitos alunos retornaram para a casa dos pais em suas cidades amortizando as despesas. Entretanto, a crise econômica, o desemprego e a inflação, que atingem com mais ferocidade os mais pobres, faz com que boa parte das famílias dos jovens participantes da pesquisa tenham perdido renda e capacidade de consumo durante a Pandemia. Além disso, o ensino remoto exige uma infraestrutura mínima de computador, internet com boa conexão, por vezes compra de livros e gastos com impressão, o que também onera de certa forma a continuação dos estudos dos cotistas.

Além das dificuldades mais imediatas associadas a fragilidade econômica das famílias, os jovens apresentam em seus relatos outras barreiras que se colocam após o ingresso na Universidade. Muitos deles relatam o despreparo dos professores para receberem alunos oriundos das escolas públicas, que por vezes não tiveram no Ensino Médio alguns conteúdos que por eles são julgados básicos para o início da vida acadêmica.

⁴ Auxílio-moradia: incentivo pecuniário mensal destinado aos discentes que, devido ao ingresso no ensino superior, residam na cidade sede do campus no qual está matriculado e o grupo familiar seja residente em cidade distinta no valor de R\$ 340,00.



Cheguei despreparada, crua, mal sabia matemática básica, física e química sabia nem por onde passava. Já no primeiro período me deparei com aulas em que os professores diziam; isso aqui não sou explicar pq vocês aprendem no Ensino Médio e eu não tinha aprendido, me sentia menor que os colegas que vinham que cursos técnicos, escolas particulares e iam muito bem. (JOVEM 7: Resposta ao questionário online de pesquisa)

Os professores exigem que tenhamos uma bagagem que muitas vezes não temos, principalmente nós que viemos de escola pública. Não sabemos quase nada, essa foi minha dificuldade, me senti humilhada várias vezes. (JOVEM 1: Resposta ao questionário online de pesquisa)

Recorrentemente, os jovens cotistas lidarão também com o sentimento de inadequação e não pertencimento aos códigos e ritos universitários, que acabam por negar os saberes, as formas e as estéticas juvenis e populares.

Também sinto-me questionando bastante o ambiente universitário, pois percebo nele alguns jogos de poder que muito me desagradam e me desmotivam a seguir numa pós-graduação, por exemplo. Isso em relação à todo o academicismo e burocracia mesmo, que acabam tornando alguns processos menos humanos, mais mecânicos... Muito me pergunto sobre o que é ser bem sucedido na academia, no fim das contas. (JOVEM 8: Resposta ao questionário online de pesquisa)

Em relação aos meus sentimentos em relação à universidade o sentimento de inadequação é profundo, eu nunca pensei em sair do curso por causa disso, mas me causa um desconforto muito grande a consciência constante da quase inexistência de alunos negros na minha turma e a inexistência de professores negros, ao menos dentre os que tive contato, isso mexe muito com a minha motivação e acho que me deixa constantemente numa síndrome de impostora por não ver aquele lugar como meu por mais que racionalmente eu viva me dizendo o contrário. (JOVEM 4: Resposta ao questionário online de pesquisa)

Como destaca a jovem 4, a condição de raça de parte dos cotistas, aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas, nos exige compreender como o processo de racialização negativa que experimentam em/com seus corpos irá se desdobrar na sua relação consigo, com os outros e com a Universidade. A partir da naturalização das relações desigualdade racial como padrão da normalidade, esses sujeitos irão ter suas vidas atravessadas por interdições e obstáculos impostos pela cor da sua pele. A baixa participação de professores pretos, pardos e indígenas no corpo docente e nos cargos de



chefia das Universidades, por exemplo, faz com que os alunos não se sintam representados, o que colabora com a construção dessa sensação de inadequação e desajuste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto, fruto das nossas pesquisas de mestrado ainda em andamento, objetivou apresentar as interseções entre o ingresso na Universidade Pública através da Política de Cotas e a constituição dos projetos de vida dos jovens sujeitos da pesquisa. Resgatando o que já foi apresentado, tomamos o jovem como um sujeito social que, na medida em que se relaciona com o outro, com o mundo e com o espaço, se produz enquanto sujeito. No processo de produzir-se o jovem também produz valores, desejos, pensa a respeito de sua condição no mundo e projeta seu futuro na relação com as oportunidades que enxerga em seu entorno social. A educação formal aparece para muitos como um discurso e uma oportunidade de futuro melhor, mais confortável e estável economicamente. Entretanto, como também vimos, o ensino superior no Brasil foi historicamente destinado a uma elite intelectual e econômica ultraprivilegiada.

No bojo do segundo ciclo de expansão do ensino superior brasileiro, iniciado na década de 90, e no contexto de amplo debate e enfrentamento social a partir da pauta racial, é promulgada a promulgação Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Com a reserva de vagas nas IFES e Institutos Federais realizada pela política toda uma geração de jovens pretos, pardos, indígenas e filhos das camadas populares tem a oportunidade pela primeira vez de se matricularem no ensino superior. Essa oportunidade rompe com uma história familiar de exclusão educacional e reconfigura os projetos de vida desses jovens, que passam a carregar consigo os sonhos e aspirações não apenas deles, mas também dos seus. Assim, a Política de Cotas impacta não apenas a vida dos seus sujeitos mais imediatos, como também a de seus familiares. Os pais, tios, avós projetam nos jovens seus próprios sonhos e desejos que não conseguiram alcançar e, mais do que isso, são essenciais no estímulo e aporte financeiro para o seguimento dos estudos dos cotistas. Apesar do reconhecimento da relevância de tal política todos os sujeitos participantes desta pesquisa apontaram as



dificuldades que experienciaram para concluírem a educação básica e que ainda experienciam para a permanência na Universidade. Seja pela dificuldade financeira agravada pelos cortes orçamentários da Política Nacional Assistência Estudantil, pelo baixo capital intelectual e social “herdado”, ou pelo sentimento de inadequação em relação ao ambiente acadêmico que muitas vezes é reforçado pela ação de professores, colegas e pela hierarquia universitária, esses jovens ainda enfrentam inúmeros obstáculos para concluírem seus cursos e realizarem seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS:

- BERGER, P. **Facing up to modernity**. New York: Basic Books, 1977.
- BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. Política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. In: **Revista Pensamento & Realidade**, a.15, v. 27 n. 2, 2012.
- BOLERSINA, I. e GERVASONI, T. O direito fundamental à igualdade e o princípio da solidariedade como fundamento constitucional para as ações afirmativas. In: **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**. v. 2, n. 1, 2016. p. 186 - 208
- BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: DF, 2012.
- CASSAB, C. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **Perspectiva**: Publicação da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, v. 34, n. 128, p. 39-51, dez. 2010.
- _____. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. In: **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 17, n.02, p. 145-159, 2012
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. N. 24: 40-52, set-dez, 2003.
- DIB, K. S. e CASTRO, L. R. de, O trabalho é projeto de vida para os jovens?. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 13, n. 1, 2010. p. 1-15.
- FERES JÚNIOR, J. *et al.* **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p.
- GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua** - Trimestre: out-nov-dez/2020, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>
Acesso em: 06 jun. 2021.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

VELHO, G. *Individualismo e cultura* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

SENKEVICS, A. S. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais** / MORAES, G. H. ALBUQUERQUE, A. E. M (org). v. 3, n. 4, 2021.

SENKEVICS, A. S. e MELLO, U. M. . O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019.